



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

AMANDA BARBOSA DE ABREU

**UM ATAQUE À SUBJETIVIDADE: BRANQUITUDE E NEGROS DE PELE CLARA
NO BRASIL**

**MARIANA
Setembro 2025**

AMANDA BARBOSA DE ABREU

**UM ATAQUE À SUBJETIVIDADE:
Branquitude e negros de pele clara no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos
Santos

**Mariana
2025**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A162u Abreu, Amanda Barbosa de.

Um ataque à subjetividade [manuscrito]: branquitude e negros de pele clara no Brasil. / Amanda Barbosa de Abreu. . - 2025.
20 f.

Orientador: Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos.

Produção Científica (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em História .

1. Subjetividade. 2. Negros - Identidade racial. 3. Negros - Brasil. I. , .
II. Santos, Erisvaldo Pereira dos. III. Universidade Federal de Ouro Preto.
IV. Título.

CDU 316.647.8(81)

Bibliotecário(a) Responsável: ELIANE APOLINARIO VIEIRA AVELAR - CRB6/3044



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS AFRICANOS, AFRO-
BRASILEIROS E INDÍGENAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Amanda Barbosa de Abreu

Um ataque a subjetividade: branquitude e negros de pele clara no Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História

Aprovada em 22 de setembro de 2025

Membros da banca

Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Marlene de Araújo - (Centro Universitário do Leste de Minas Gerais)
Dr. Joelson Alves Onofre - (Universidade Estadual de Santa Cruz)

Erisvaldo Pereira dos Santos, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 23/10/2025



Documento assinado eletronicamente por **Erisvaldo Pereira dos Santos**, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS AFRICANOS, AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS, em 23/10/2025, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1002534** e o código CRC **46FD6066**.

RESUMO

O presente trabalho faz uma retomada bibliográfica acerca dos estudos que contornam a branquitude no Brasil, entendendo que, a partir da literatura que se inicia na segunda metade do século XX, pode-se compreender o lugar estruturante que ocupa o branco nas relações de poder e como isso influencia a construção identitária de pessoas negras de pele clara dentro da sociedade brasileira. O objetivo é analisar as nuances da branquitude, em especial o sentimento de isenção, que contribui para a exclusão da subjetividade desses sujeitos. A pesquisa, de caráter qualitativo, evidencia a complexidade das relações etnorraciais e o isolamento dos indivíduos negros de pele clara, cuja vivência não se traduz em privilégio, mas em uma forma sutil de exclusão, sustentada pela promessa não cumprida de pertencimento ao grupo branco. Conclui-se que essa posição liminar traduz o sofrimento, reforça o silenciamento identitário e fragmenta a experiência negra no Brasil. Reconhecer a especificidade dos negros de pele clara é fundamental para desestabilizar o mito da democracia racial e ampliar a luta antirracista no país.

Palavras-chave: branquitude; identidade; subjetividade; negros de pele clara.

ABSTRACT

This study presents a bibliographical review of research on whiteness in Brazil, showing how literature emerging in the second half of the 20th century makes it possible to understand the structuring role of whiteness in power relations and its influence on the identity construction of light-skinned Black individuals in Brazilian society. The objective of this study is to analyze the nuances of whiteness, particularly the sense of exemption, which contributes to the exclusion of these subjects' subjectivity. This qualitative research highlights the complexity of ethnoracial relations and the isolation experienced by light-skinned Black people, whose lived reality does not translate into privilege but rather into a subtle form of exclusion, sustained by the unfulfilled promise of belonging to the white group. The study concludes that this liminal position expresses suffering, reinforces identity silencing, and fragments the Black experience in Brazil. Recognizing the specificity of light-skinned Black individuals is essential to destabilizing the myth of racial democracy and to strengthening the anti-racist struggle in the country.

Keywords: whiteness; identity; subjectivity; light-skinned Black people

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. Branquitude como base da estrutura racial	11
3. A ambiguidade da pele clara como instrumento de exclusão	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

A construção da identidade racial no Brasil é pautada pelas hierarquias sociais instituídas desde o período colonial. Durante séculos, o país estruturou-se sob uma lógica que valoriza a brancura como referência de status, poder e pertencimento. Para os indivíduos não-brancos, uma vez deixados às margens da sociedade, é corrompida como se percebem e são percebidos. Essa influência se manifesta em sujeitos negros de pele clara de forma complexa, pois suas identidades transitam entre a invisibilidade e a tentativa de aproximação dos padrões normativos da branquitude.

Nos critérios de classificação de cor ou raça no Brasil, adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra é categorizada a partir do conjunto das denominações “preta” e “parda”. Contudo, há uma grande penumbra que dialoga com a maioria dos classificados pardos por assim ocuparem um lugar de ambiguidade, cujo principal pretexto se dá origem no embranquecimento, que enfraquece os sujeitos em uma estratégia violenta (Carneiro, 2011). Neste trabalho, a nomenclatura “negros de pele clara” será utilizada para se referir aos indivíduos classificados oficialmente como “pardos”, considerando as dinâmicas de poder e identidade envolvidas nessa categorização.

Dessa forma, a escolha do tema desta pesquisa não é somente uma decisão acadêmica, mas uma resposta às minhas próprias inquietações e observações no âmbito das relações sociorraciais no Brasil. Sou uma mulher negra, fruto de uma relação inter-racial de uma mulher branca com um homem preto e, como preta de pele clara, possuo, em minha vivência, experiências que se diferem de uma pessoa retinta.

Ao longo de minha jornada, era comum comentários positivos por não ter nascido com todos os aspectos físicos de meu pai e, em contrapartida, lembro de elogios dirigidos à minha mãe biológica, uma mulher branca, pelo ato de grandeza ao “adotar” uma criança negra. Sendo assim, o reconhecimento da minha negritude foi cercado por incertezas e, também, pela sensação de uma transitabilidade por ter um tom mais claro, muitas vezes como uma tentativa de reduzir minha própria negritude, com a utilização de termos como “morena bronzeada” ou “cor de café com leite”, entre outros. Todavia, minha negritude era apontada nos momentos de violência; no sentimento, pessoal e coletivo, de exclusão por não adequar à norma, à definição padronizada do belo.

Neusa Santos de Souza (2021, p. 115) proclama que ser negro não é uma condição preestabelecida. No Brasil, ser negro é um processo de autodescoberta. Esse processo, o “tornar-se negro”, é uma construção subjetiva que dá voz à memória individual. Dado isso, Santos explora que o desejo de aceitação na sociedade majoritariamente branca leva muitos negros a internalizar valores e comportamentos associados à branquitude, muitas vezes em detrimento da própria identidade racial. Isso resulta em sentimentos de inadequação, culpa e um esforço constante para se provar digno de estar em espaços de prestígio historicamente ocupados por brancos.

A história do Brasil, largamente escrita por membros da branquitude, contribui para a criação de um conhecimento fragmentado e alienado, gerando uma memória coletiva que enaltece a branquitude como padrão de excelência e superioridade. Alberto Guerreiro Ramos (1954, p. 171) aborda essa temática com destaque, delineando as diferenças entre o conceito de “negro-tema” e “negro-vida”. Isso destaca a maneira como o negro é frequentemente dissecado nas discussões sociais, enquanto as nuances de sua vida real são raramente exploradas. Por conseguinte, este trabalho não trata apenas da busca por respostas teóricas, mas também da necessidade de tensionar a branquitude, a herança escravocrata e a construção identitária de sujeitos negros de pele clara, em especial no que se refere à sua subjetividade.

Diante disso, esta pesquisa tem como problemática central a investigação de como a branquitude, enquanto estrutura de poder racial, influencia a constituição da subjetividade de negros de pele clara no Brasil, resultando em ambivalência identitária e exclusão simbólica. Deste modo, partindo da hipótese de que a vivência de negros de pele clara revela uma ambiguidade identitária produzida pela branquitude, cuja promessa de pertencimento esconde mecanismos de exclusão mais sutis e profundos.

O tipo de pesquisa qualitativa adotado neste artigo caracteriza-se como descritivo e exploratório, tendo em vista que, segundo Gil (1996), esse tipo de abordagem visa a familiarização com o fenômeno em estudo, buscando compreender e interpretar a complexidade das questões envolvidas. Essa escolha se justifica pela natureza teórica da pesquisa, cujo objetivo é compreender os mecanismos de constituição da subjetividade de negros de pele clara a partir das estruturas simbólicas, históricas e sociais da branquitude no Brasil. O objetivo

principal é atender às questões e intuições que surgem ao longo da construção do trabalho, permitindo que o pesquisador se aproprie do objeto de estudo de maneira aprofundada. Ao integrar diferentes campos do saber, a proposta metodológica visa revelar como o racismo atravessa o cotidiano, as instituições e os afetos, especialmente na vivência daqueles que ocupam esse lugar ambíguo dentro da hierarquia racial brasileira.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se propõe a explorar as nuances e os aspectos subjetivos do tema, proporcionando uma compreensão mais rica e detalhada sobre o fenômeno em questão. Além disso, esse tipo de pesquisa possibilita a elucidação de conceitos e noções que, embora iniciais e exploratórias, podem ser fundamentais para o desenvolvimento de estudos futuros, mais precisos e abrangentes. A investigação, portanto, tem a intenção de criar um arcabouço teórico que, além de ampliar o entendimento sobre o tema, tenha alicerce para abordagens subsequentes que tragam novos despertares.

Para este trabalho, será dado destaque a autores que discutem a construção do conhecimento sobre a branquitude no Brasil, um campo de estudo crucial, mas ainda pouco explorado, sobretudo no que se refere ao impacto que essa construção tem nas dinâmicas sociais e culturais do país. Em função disso, é de suma importância discutir como é produzida a pesquisa sociorracial no Brasil, uma vez que este campo, embora de relevância indiscutível, ainda se apresenta como um cânone literário pouco explorado, frequentemente negligenciado ou até mesmo ignorado pelos pesquisadores. Ao explorar essa temática, busca-se ampliar a compreensão sobre a branquitude e contribuir para o avanço de um debate acadêmico mais plural e inclusivo, que reconheça as especificidades e as complexidades das relações raciais no Brasil.

A estrutura do trabalho está dividida em dois capítulos centrais, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, desenvolve-se a construção histórica, epistemológica e social da branquitude, com base nas contribuições de Cida Bento, Guerreiro Ramos, Lia Schucman, entre outros. A branquitude é analisada como estrutura de poder racial que se sustenta pela normatividade estética e pela produção do “outro” racializado como inferior. No segundo capítulo, o foco se desloca para os impactos subjetivos dessa estrutura sobre a vivência de pessoas negras de pele clara, articulando autores como Neusa Santos Souza, Lélia González e Silvio de Almeida. Esse eixo investiga como a exclusão racial se

internaliza por meio de mecanismos psíquicos e sociais, aprofundando o sentimento de não pertencimento e fragmentação identitária.

Por fim, a conclusão retoma os principais argumentos, destacando a necessidade de reconhecimento da experiência dos negros de pele clara como uma dimensão complementar para os estudos de raça no Brasil.

Branquitude como base da estrutura racial

A compreensão do conceito de branquitude demanda uma análise minuciosa. Branquitude refere-se ao conjunto organizacional materializado por um arranjo social de privilégios e influências que indivíduos brancos exercem na sociedade. Partindo da investigação realizada por Lia Vainer Schucman (2012), pode-se afirmar que, em sua essência, está intrinsecamente vinculada à construção da identidade racial branca, representando um pacto implícito que perpetua o poder e sempre beneficia aqueles que a detêm e protegem. Conforme a autora, a branquitude funciona como um mecanismo de construção, preservação e manutenção do ser e estar no poder.

Tal investigação permite compreender que a branquitude se estabeleceu como o padrão normativo único de ser humano na sociedade. Isso significa que o ideal de raça se manifesta na valorização da “brancura” (pele clara, feições finas, cabelo liso) e, conseqüentemente, na desvalorização das outras formas de ser. Entretanto, Schuman destaca que a branquitude não é homogênea; pelo contrário, molda-se histórica e socialmente conforme as adversidades, sob a influência tanto do contexto local quanto global.

Para elucidar essa dinâmica, a autora demonstra que, embora pessoas brancas desfrutem globalmente de privilégios, há variações significativas no conceito em diferentes países. Essa abordagem expressa uma interconexão entre ex-colônias e colonizadores, evidenciando a herança escravocrata e a formação das identidades nacionais nos processos históricos pós-coloniais. Desse modo, a branquitude está diretamente relacionada a esses processos históricos, que delineiam tanto a definição quanto o significado das identidades raciais, brancas e não brancas, por meio das trocas recíprocas entre a África, a Europa e as Américas.

O colonialismo, ao instaurar uma lógica hierárquica de cor e cultura, consolidou o projeto de embranquecimento que moldou o pensamento social brasileiro. Esse processo se refletiu nas famílias inter-raciais, cuja mestiçagem foi utilizada como instrumento de apagamento da negritude e de consolidação simbólica da branquitude. Assim, compreender a subjetividade dos negros de pele clara implica também reconhecer como o colonialismo e a ideologia da mestiçagem estruturam as relações raciais no país.

Lourenço Cardoso (2010) sustenta que a “ideia de superioridade racial constituinte da identidade racial branca não é um traço de essência, é uma

construção histórica e social”. Essa construção histórica inclui a maneira como a branquitude, no Brasil, é um “repertório cultural” e uma “narrativa sobre as relações raciais” que valoriza o branco em meio a um discurso apologético da miscigenação, que, por vezes, atua como uma forma de “esconder a existência de brancos” e negar a existência de negros, como um “eufemismo nacional”.

Tendo como base essas noções, introduz-se, para as contribuições deste estudo, o sociólogo Guerreiro Ramos (1995) e suas pesquisas sobre a compreensão da práxis negra. Ramos se destaca como um precursor no Brasil, devido à originalidade de sua abordagem. Segundo ele, os objetos de estudo e seus resultados variam de acordo com a sociedade analisada, pois os problemas sociais diferem conforme as demandas locais (Ramos, 1995, p. 164).

Assim, o autor examina como países estrangeiros induzem concepções metodológicas na produção de textos acadêmicos, impondo normas pré-fabricadas que não condizem com a realidade da América Latina e, por conseguinte, do Brasil. Esse fenômeno é descrito por Ramos como um processo de repetição acrítica, que ele denomina *répétiteur*, ou seja, uma “crítica assimilativa” (Shiota, 2014).

Diante dessas considerações, Ramos denunciou que a literatura sociológica e antropológica brasileira, ao se dedicar ao “problema do negro”, na verdade, era ela mesma um “material ilustrativo do que há de problemático na condição do negro”. Dessa forma, a reflexão se amplia ao vincular o trabalho científico a um projeto nacional de desenvolvimento. No campo dos estudos no Brasil, até a segunda metade do século XX, o autor expõe que as normas teóricas predominantes foram majoritariamente formuladas a partir de uma perspectiva europeia e identifica três diferentes correntes teóricas que marcaram os debates acadêmicos entre o fim do século XIX e o início do século XX.

A primeira, a corrente autonomista, é fundada por Sílvio Romero (1851–1914) e continua com Euclides da Cunha (1866–1909), Alberto Torres (1865–1917) e Oliveira Viana (1883–1951). Ela se interessa na formulação de uma teoria étnica do brasileiro que emprega em seus trabalhos tendências que fomentaram o olhar ao negro exótico ou estranho. Romero e Cunha acreditavam que a mestiçagem era o cerne do brasileiro e que, por meio dela, fomentaria um povo homogêneo e embranquecido.

A segunda corrente, a monográfica, foi inaugurada por Nina Rodrigues (1862–1906) e posteriormente continuada por Arthur Ramos (1903–1949) e Gilberto

Freyre (1900–1987). Essa vertente colocava o negro como objeto de estudo e adotava um ponto de vista essencialista, que analisava a população negra em comparação a outros grupos étnicos. Muitas dessas pesquisas, especialmente as de Rodrigues, associavam os negros a uma posição de inferioridade, baseando-se em teorias darwinistas sociais que reforçavam estereótipos racializados (Monteiro, 2020). O que os unia, apesar de suas diferenças teóricas, como a aversão de Rodrigues à miscigenação e a apologia de Freyre, era a postura de ver o negro como um “objeto de estudo”, logo descolado de sua humanidade (Conceição, 2017).

Já a terceira corrente, o autor expõe que foi fundamentada mais por efeitos de comportamentos do que escritos. Trata-se do “propósito de transformar a condição humana do negro na sociedade brasileira do que de descrever ou interpretar os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de cor” (Ramos, 1995, p. 169). Os intelectuais mais próximos foram Joaquim Nabuco (1849–1910) e Álvaro Bomilcar (1874–1957).

Ao delimitar as correntes, torna-se evidente a preocupação metodológica por parte do autor que anuncia uma inadequação no conceito de “raça”, “aculturação” e “mudança social”, uma vez que seu uso era carregado por feições estrangeiras (Bariani, 2008, p. 194). Neste sentido, ressalta-se a relevância dessa literatura de estudar o negro como tema e, ao examinar esse conjunto de literatura como um material ilustrativo das problemáticas, evidenciam-se os equívocos presentes nela e levantam-se questionamentos acerca do entendimento do que os sociólogos chamaram de “problema do negro” na sociedade brasileira.

A “sociologia do negro brasileiro”, como Ramos a denomina, não enxergava o branco como parte do problema, perpetuando um privilégio de não ser visto ou questionado. Isto posto, o “problema do negro” no Brasil é, antes de tudo, “essencialmente psicológico e secundariamente econômico”, e o estudo da branquitude torna-se um expediente tático para desmascarar os equívocos estéticos e a alienação presentes na sociedade (Ramos, 1995, p. 199).

O fator alienante da problemática seria o que o autor intitula de “ideologia da brancura”, isto é, “a cor de pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar” (Ramos, 1995, p. 192). Assim sendo, na cultura brasileira, o branco é posto como a norma e, em vista disso, o autor explicita que é sempre colocado como o padrão a ser seguido e, portanto, a “ideologia” exerce influência aos demais indivíduos da sociedade, sejam eles pertencentes ou não à branquitude.

Outra linha de reflexão que Ramos utiliza como uma resposta às correntes literárias é a “patologia social do branco no Brasil”. O exercício de estudar o negro-tema reforça os elementos que reafirmam a minoria branca e a fortalecem. Então, para solidificar os estereótipos de sua posição na sociedade, “a patologia social do branco” encobre sua condição étnica e o complexo de inferioridade de pureza racial, ou seja, o que Ramos traz é a dissolução “dos componentes patológicos do comportamento de brancos e negros, o purgar dos indivíduos de ‘conservas culturais’ que propiciariam o preconceito e o exorcizar a ‘heteronomia’ das condutas, aparelhando-os à socialização horizontalmente e à aceitação das diferenças sociais” (Bariani, 2008, p. 199). Logo, a patologia pode ser definida pela constante depreciação social e estética oriunda da branquitude para com a parcela negra. De acordo com Ramos, há no “branco” o componente patológico que permanece e acentua ao negro uma posição de inferioridade a contar da escravidão.

Por sua vez, Frantz Fanon, em *Os Condenados da Terra* (1968), e também em sua obra anterior *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), descreve a sociedade colonial como um espaço rigidamente compartimentado, onde a separação entre colonizadores e colonizados se estrutura por meio da violência e da imposição de uma ordem racial hierárquica. Nesse contexto, a “sociedade do colono” se estabelece a partir da negação da humanidade dos sujeitos colonizados, os quais são reduzidos a uma condição de subalternidade e objetificação. O colonizador se posiciona como o único sujeito pleno, enquanto o colonizado é visto como um ser inferior, destituído de agência e submetido a um sistema que reforça sua dependência e marginalização.

Essa estrutura racista regula o espaço físico e social, afetando a subjetividade dos colonizados, que, muitas vezes, internalizam a inferiorização imposta pelo regime colonial. Dessa forma, o colonizado é reduzido à condição da existência de um “outro” que só se comprova em função da dominação do branco. Fanon observa que, para o sujeito negro, a assimilação dos valores do colono se torna, muitas vezes, um desejo inconsciente de se aproximar do padrão branco, no entanto, trata-se de uma tentativa inalcançável barrada pela sociedade racista (Fanon, 2008). Esse mecanismo de exclusão racial não desaparece com o fim do colonialismo, mas se mantém por meio da reprodução das hierarquias raciais nas sociedades pós-coloniais.

Nesse sentido, embora o autor não trate diretamente do cenário brasileiro, sua análise permite compreender como, nas sociedades pós-coloniais, as hierarquias raciais podem ser preservadas por mecanismos de exclusão. No Brasil, esse processo se manifesta na construção da identidade nacional ancorada no mito da democracia racial, discurso que omitiu a permanência do racismo e da centralidade da branquitude. Assim, a lógica da “sociedade do colono” persiste, ainda que a dominação não se apresente mais de forma explícita, mas por meio de práticas naturalizadas de diferenciação e marginalização social.

De forma complementar, Ramos denuncia a alienação produzida pela ideologia da brancura. Embora os dois autores partam de contextos históricos e políticos distintos, o primeiro analisa o Brasil pós-abolição e o segundo a experiência colonial francesa na África e na Martinica, ambos convergem na crítica ao modo como o sujeito negro é constituído dentro de uma estrutura que nega sua humanidade. Fanon o faz pela via da interiorização do colonizador; Ramos, pela crítica à produção científica que desumaniza o negro e reforça a estética e a epistemologia branca como normativas.

A esse respeito, Maria Aparecida Bento (2002) aprofunda essa análise ao demonstrar como os privilégios da branquitude no Brasil se originam da expropriação histórica do trabalho negro. A autora afirma tratar-se “da herança concreta e positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo” (Bento, 2002, p. 3). Por isso, recusar a certificação da posição social que o branco ocupa na história do Brasil significa proteger os interesses, sobretudo econômicos, de uma elite dominante na sociedade. De acordo com Bento, sustenta-se no firmamento da dominação de uma elite branca que intensifica o valor de sua autoestima e valoriza suas características, sempre reforçando e orquestrando a exclusão social do negro.

Bento retorna aos estudos que postulam o “problema do negro brasileiro”, sendo pautados sempre unilateralmente (Bento, 2002, p. 15). A herança simbólica serve como um alicerce para legitimar a supremacia econômica, política e social desde as marcas da apropriação originárias de descendentes de escravocratas, fortalecendo a dualidade entre os grupos étnicos: o grupo superior, mais capaz e forte, e o grupo inferior, incapaz e fraco. Em vista disso, a inconsciência da branquitude faz com que os brancos não se sintam parte das circunstâncias do

racismo no país, mediante a ausência do compromisso moral e da segregação causada pelo distanciamento psicológico presente no “pacto narcísico”.

O conceito de “pacto narcísico”, fundamentado por Bento (2002), pode ser compreendido como um pacto inconsciente presente na sociedade brasileira, cuja principal função é proteger e garantir os privilégios da minoria branca, assegurando sua posição dominante nas estruturas sociais, políticas e econômicas. O pacto sustenta um sistema de crenças e atitudes que favorece a manutenção de uma hierarquia racial em que a brancura é colocada como referência de poder, prestígio e sucesso. O “pacto narcísico” atua de maneira simbólica, moldando as relações sociais e a percepção de identidade racial, em um processo em que a branquitude se torna um ideal a ser preservado a todo custo (Bento, 2002).

Os pactos narcísicos podem ser observados à medida que indivíduos negros se aproximam da ocupação de posições de destaque e de poder. Além disso, os pactos podem ser caracterizados pela ambiguidade, pelo silenciamento, pela interdição de negros nesses espaços, pela negação do problema racial, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro (Schucmann, 2012). Ele é sustentado pelo medo inconsciente de perda, um temor de que a ascensão de grupos historicamente marginalizados ameace o status quo da minoria branca.

Destarte, qualquer tentativa de transformação dessa dinâmica de poder é vista como uma ameaça à segurança e à estabilidade dos privilégios conquistados ao longo da história. A brancura é simbolicamente associada à superioridade e ao triunfo, sendo mantida em um pedestal que, para ser preservado, requer a subordinação de outras identidades raciais, especialmente a identidade negra (Bento, 2002).

O estereótipo da branquitude, associada ao triunfo, atua como um mecanismo de validação dessa ordem social, em que qualquer tentativa de reverter ou questionar a supremacia branca é descartada, ou minimizada, como um desafio à ordem natural das coisas. Como apontado por Bento (2002), essa dinâmica está profundamente enraizada nas estruturas sociais e culturais que perpetuam a discriminação racial. Desse modo, compreende-se que a branquitude não é apenas um conceito teórico, mas uma estrutura que regula as relações raciais e mantém privilégios históricos.

A pesquisadora Adelina Nunes (2023) oferece uma leitura fundamental para compreender como a busca por aceitação social, por meio da aproximação aos padrões da branquitude, afeta a construção identitária dos sujeitos. A autora mostra que, nas primeiras tentativas censitárias de Minas, a identificação operava como status social, ou seja, em uma realidade em que “a cor opera como classe”, para ser aceito, o mais prático é a assimilação (identificação) com a classe dominante (Nunes, 2023, p. 39). Ademais, ela expõe como a supervalorização do branco marginaliza toda produção cultural não branca, por exemplo, com a criminalização da capoeira e das religiões de matriz africana.

Essa lógica persiste na contemporaneidade, embora sob formas mais sutis. Um exemplo claro é o modo como certos traços culturais negros ainda são marginalizados ou só são valorizados quando apropriados por corpos brancos. As religiões de matriz africana seguem sendo alvo de estigmatização pública e violência religiosa, enquanto práticas culturais como o funk ou o rap ainda são associadas ao crime e à informalidade, a depender da classe e/ou da racialização dos artistas. Por outro lado, quando esses mesmos elementos são reinterpretados por pessoas brancas, como a capoeira em academias elitizadas ou o uso de turbantes e tranças como tendência estética, passam a ser vistos como expressão cultural legítima ou até como “moda”. A cor continua, portanto, operando como distinção de classe, definindo o que é permitido e valorizado, e para quem.

A ambiguidade da pele clara como instrumento de exclusão

Dentre as muitas faces da branquitude, a exclusão do negro de pele clara revela a perversão do racismo brasileiro, este submetido a uma oscilação constante entre falsa aceitação e real exclusão. Essa ambiguidade impede a consolidação de uma identidade racial coesa, fragiliza o pertencimento coletivo e aprofunda o sofrimento psíquico e político desses sujeitos. Portanto, reconhecer a experiência dos negros de pele clara significa ampliar a luta antirracista, revelando como o racismo opera em diferentes tons e camadas, sempre a serviço da manutenção da branquitude como centro de poder.

Como consequência da branquitude, infere-se aos indivíduos brancos a “invisibilidade” do negro fomentada pela exclusão. Bento (2002) deixa evidente a invisibilidade no universo do branco, cujo “retrato da parte negra do negro realça a

brancura sobre a qual o branco silencia, trata como universalidade; exhibe a natureza relacional da interação inter-racial, e despe a brancura, deixando à mostra sua associação com a opressão e os privilégios” (Bento, 2002, p. 91).

O processo de estruturação da branquitude enquanto lugar normativo condiciona a produção de subjetividades no Brasil. A branquitude, nesse sentido, ocupa posições de poder e institui o padrão estético, moral, linguístico e epistêmico que determina quem deve ser incluído e quem deve ser excluído. Logo, é importante destacar que não basta a eliminação de práticas de discriminação direta, pois a exclusão social está alicerçada em processos estruturais, que operam na constituição do sujeito, na percepção de si e do outro.

A construção racial no Brasil, especialmente para a população negra de pele clara, está profundamente vinculada ao processo histórico de formação das identidades no país. De acordo com Schucman (2012, p. 39), a ambiguidade e a ideologia da mestiçagem, presentes nas teses das elites intelectuais e políticas no início do século XX, atuaram na sociedade como ferramentas ideológicas enfraquecedoras que desarticularam e polarizaram a luta pelos direitos, sem, contudo, anular as desigualdades.

Schucman (2012, p. 44) destaca como a carga negativa de estereótipos levou grande parte da população negra a evitar identificações diretas, recorrendo a termos como “moreno”, “marrom” e “pessoa de cor”, tornando evidente o desejo da esquiva social da classificação racial, seguindo a lógica de que quanto mais a tonalidade do indivíduo é retinta, mais estigmatizado ele será, e quanto mais perto dos padrões estabelecidos pela brancura, maiores serão as oportunidades de atingir a falsa ideia de ascensão social. Esse fenômeno resultou na não identificação dos “mestiços” como pessoas negras, buscando o afastamento de estereótipos e representações negativas.

Contudo, ao contrário da crença de que as tonalidades de pele determinam a ascensão social, os estudos sobre raça evidenciam que os conceitos de cor e raça estão profundamente enraizados no imaginário social brasileiro. Mesmo diante das complexidades da auto classificação, as desigualdades raciais no Brasil são predominantemente estruturadas em torno de dois grandes grupos: brancos e não-brancos. Essa divisão reflete uma lógica hierárquica bipolar que rege o acesso às oportunidades sociais, como bem apontado por Schucman (2012, p. 44).

A vivência de negros de pele clara no Brasil ocupa um ponto estratégico para compreender tal dinâmica, ao revelar como a branquitude opera também por meio da ambiguidade e da expectativa frustrada de inclusão. Como é observado a partir da autora, a pele mais clara pode funcionar como um passaporte simbólico, uma promessa de aceitação que nunca se concretiza. A tentativa de aproximação da brancura, embora ocasionalmente recompensada com elogios à aparência ou à “educação”, não rompe com os mecanismos de exclusão racial.

Pelo contrário, demonstrado por Silvio de Almeida (2019, p. 37), o racismo estrutural reorganiza a exclusão conforme as nuances de fenótipo e classe, reafirmando a marca da não-branquitude mesmo nos corpos mais próximos do padrão. Assim, a experiência de negros de pele clara explicita o funcionamento sofisticado da branquitude enquanto estrutura de dominação silenciosa, seletiva e profundamente enraizada. Partindo disso, essa estrutura hierárquica, nas quais as classificações raciais seguem um modelo dicotômico de brancos e não-brancos, está intimamente relacionada à perpetuação das desigualdades sociais no Brasil. Apesar da sociedade brasileira se caracterizar pela diversidade de tons de pele e pela complexidade das classificações raciais, é inegável que ainda se baseia em uma lógica racial que favorece a branquitude.

Essa lógica não é casual nem recente, ela está enraizada em um projeto de nação que, desde o pós-abolição, articulou a branquitude e a contemporaneidade como valores centrais da identidade brasileira. Retomando a análise de Schucman, além da abolição da escravidão, grandes mudanças estruturais ocorreram no país no final do século XIX e início do século XX, tais como a industrialização, proletarianização e urbanização (Schucman, 2012, p. 61). Dúvidas acerca do local que recém-libertos ocupavam dentro da sociedade brasileira passaram a ser discutidas pelos intelectuais da época, como feitos por Sílvia Romero e Oliveira Viana. Para estes autores, a mestiçagem foi defendida como solução nacional, desde que subordinada ao ideal de branqueamento. A miscigenação passou a ser tratada como via de acesso à civilização, promovendo a diluição da negritude e a valorização de traços brancos como símbolo de avanço. A branquitude, assim, se estabeleceu como horizonte normativo da identidade nacional.

Por outro lado, os estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil demonstram que, independentemente da tonalidade de pele ou da autoclassificação individual, o sistema de racismo estrutural coloca todos os indivíduos não-brancos

em uma posição de desvantagem em relação aos brancos. A “lógica bipolar” que Schucman (2012, p. 44) aponta é, portanto, um mecanismo que perpetua a marginalização dos não-brancos e mantém os privilégios da branquitude, assegurando que as oportunidades de ascensão social e econômica sejam reservadas àqueles que estão mais próximos dos padrões dominantes.

Em concordância com as concepções abordadas, o antropólogo Kabengele Munanga (2012) desenvolve o conceito de identidade referente à “categoria de autodefinição ou autoatribuição, que carrega uma carga de subjetividade e de preconceitos em relação aos outros grupos” (Munanga, 2012, p. 10). Munanga aponta que essa categoria de identidade está longe de ser neutra; ao contrário, ela é permeada por preconceitos que surgem da interação entre os diferentes grupos sociais. Quando os indivíduos se identificam com uma categoria específica, eles estão respondendo aos estigmas que essa categoria carrega. Esse fenômeno é particularmente evidente no Brasil, cuja branquitude tem sido historicamente sinônimo de ascensão social, enquanto a negritude está ligada à marginalização e à exclusão.

Dito isso, esse processo de autoatribuição não se trata de uma escolha pessoal, mas sim de um reflexo da dinâmica social e racial em que o indivíduo está inserido. Dessa forma, no caso dos negros de pele clara, essa lógica gera uma cobrança constante de definição identitária, uma vez que não reconhecidos plenamente como brancos e também frequentemente questionados ou invalidados quando se posicionam como negros. Essa ambivalência se manifesta não apenas na identidade pessoal, mas também no reconhecimento cultural, social e político.

Como analisado por Oracy Nogueira (1985), o “preconceito de marca” presente no Brasil é baseado em características físicas visíveis. Logo, a vivência racializada depende do olhar do outro e da codificação fenotípica, tornando a experiência do negro de pele clara muitas vezes instável e invisibilizada. A proximidade fenotípica com a branquitude, longe de oferecer privilégio consolidado, exige o apagamento de marcas negras para a aceitação parcial em espaços sociais, ao passo que mantém esses sujeitos vulneráveis à exclusão e à vigilância racial. Tais apagamentos podem ser observados na negação dos traços naturais, como a pressão estética para alisar os cabelos crespos ou cacheados, na depreciação de traços faciais ou no desprezo dos códigos de linguagem, vestimenta e

comportamento voltados à negritude. Ou seja, violências que atingem pessoas negras independentemente de sua tonalidade.

A “neurose cultural brasileira”, postulada pela ativista e teórica negra Lélia González (1984), é uma chave importante para entender as complexas relações de identidade racial no Brasil. A autora sugere que essa neurose é um reflexo do impacto psicológico causado pela imposição de estigmas raciais e pela internalização das hierarquias sociais que privilegiam a branquitude (González, p. 232). A “neurose cultural” brasileira é a manifestação do racismo, expressada na negação e ocultamento de suas raízes históricas e culturais, principalmente através do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento. Esse processo gera um conflito psíquico e se encaixa aos indivíduos negros de pele clara, que, como exposto, se enxergam inconscientemente divididos entre a negação de sua negritude e a pressão para se aproximarem dos padrões da branquitude. Referindo-se, assim, à “libertação da angústia de se defrontar com o recalçamento” (González, 1984, p. 232).

Sobre o processo de adaptação para conseguir ascensão social, Neusa Santos Souza em sua pesquisa de mestrado *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (2021), partindo da perspectiva de que o negro é coagido a adotar os costumes de uma sociedade branca, implica um alto custo para a identidade negra, o qual a autora expõe como “o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação” (Neusa, 2021, p.53).

Conforme é possível inferir de sua análise, em uma sociedade estruturada pela branquitude, o reconhecimento do negro, seja como sujeito, como indivíduo ou até como cidadão, só ocorre à medida que ele nega partes fundamentais de sua identidade negra, seja no corpo, na linguagem, nos afetos, na história ou na cultura, como já foi discutido ao longo dessa análise. Essa dualidade revela como o racismo brasileiro não se contenta em excluir: ele cria zonas ambíguas que esvaziam politicamente o sujeito negro de pele clara, exigindo dele um jogo identitário constante não para incluí-lo, mas para mantê-lo em suspensão. Como resultado, essa busca pelo pertencimento se transforma em um processo de autoalienação, no qual, ao tentar se ajustar ao que é considerado “aceitável”, acaba perdendo elementos essenciais de sua identidade e, ainda, sim, enfrentando a dor da exclusão constante.

O fenômeno da negação contextualizado por Souza é fundamental para compreender a neurose cultural brasileira abordada por González, uma vez que ambos os conceitos descrevem o dilema psíquico e social vivido na subjetividade dos sujeitos racializados. Esse ciclo de negação e adaptação evidencia o preço psicológico da ascensão social, uma vez que, ao tentar se aproximar da branquitude, o indivíduo acaba por se distanciar da coletividade negra, intensificando as divisões raciais e o sofrimento emocional.

A ambiguidade vivida por negros de pele clara também pode ser compreendida através das contribuições de Silvio de Almeida (2018). O autor destaca como o racismo não se restringe a um simples preconceito individual, mas está profundamente entranhado nas estruturas sociais e institucionais do país. Segundo Almeida, essa estrutura de poder racialmente desigual continua a operar, afetando todos os indivíduos não-brancos, incluindo aqueles que, por sua cor de pele, se encontram numa posição intermediária entre as categorias sociais dominantes e marginalizadas.

Ademais, Almeida argumenta que, embora haja a tentativa de se aproximar dos padrões de branquitude, a estrutura racial brasileira ainda coloca negros de pele clara em uma posição subalterna. Essa tentativa de distanciamento da negritude, que visa alcançar maior inserção social, não os torna plenamente aceitos pela sociedade branca, que, em última instância, mantém a lógica da exclusão racial. Mesmo ao adotar comportamentos ou características associadas aos brancos, o negro de pele clara segue sendo alvo dos mecanismos do racismo estrutural, que não o considera parte do “grupo privilegiado”, mas, sim, um “não-branco” que, ainda assim, carrega as marcas da desigualdade racial (Almeida, 2018, p. 68).

Essa reflexão de Almeida se complementa com as ideias de González e Souza, por evidenciar como a busca pela inserção social nos padrões da branquitude se torna um processo contraditório. Para González, a neurose cultural vivida por esses indivíduos é resultado dessa tentativa de adaptação a uma identidade imposta pela sociedade branca, gerando um conflito interno de negação e alienação (González, 1988, p. 32). Da mesma forma, Souza fala sobre o “preço do reconhecimento”, ou seja, o custo emocional e psicológico imposto ao negro que tenta se adequar aos padrões sociais dominantes (Souza, 2021, p. 53).

Em síntese, a ambiguidade vivida pelos negros de pele clara no Brasil é um reflexo direto das estruturas de poder racial que permeiam a sociedade brasileira.

Mesmo quando esses indivíduos buscam se aproximar dos padrões da branquitude, seja por meio de comportamentos, da ascensão social ou da adaptação a um modelo de vida “aceito”, eles se deparam com as barreiras invisíveis impostas pelo racismo estrutural. Como afirmam Munanga (2012) e Silvio de Almeida (2018), o racismo não é somente uma série de atitudes discriminatórias, mas uma estrutura sistêmica que mantém a exclusão e marginalização dos não-brancos, independentemente de sua tentativa de adaptação.

Nesse sentido, a ambiguidade vivida pelos negros de pele clara é uma consequência da imposição de uma identidade socialmente construída, que os coloca em um lugar de tensão: por mais que aproximem dos padrões da branquitude, jamais serão totalmente aceitos por ela, e, ao mesmo tempo, são constantemente distantes de uma plena identificação com a negritude. Esse paradoxo da identidade, portanto, evidencia a profundidade das marcas sociais e históricas que definem os limites da inclusão e pertencimento, refletindo a construção racial do país, que se pauta na exclusão de todos os que não atendem completamente aos critérios da branquitude.

Lilia Schwarcz (2018) descreve sobre a construção das categorias raciais no país. A autora argumenta que, no Brasil, a identidade racial vai além de uma simples questão de cor da pele, tornando-se um fator determinante na posição social e nas oportunidades a que um indivíduo tem acesso. Segundo Schwarcz, as categorias raciais no Brasil são construções sociais cuja função é determinar e hierarquizar os lugares de pertencimento e exclusão (Schwarz, 2018, p. 54), e é justamente essa hierarquia que afeta a experiência dos negros de pele clara.

Esses indivíduos, ao se aproximarem dos padrões de branquitude, se veem presos em uma constante busca por um lugar ao sol, sem nunca alcançarem uma verdadeira aceitação ou pertencimento. Ao mesmo tempo, estão distantes de uma identidade negra plena, vivenciando a negação e o apagamento de sua própria história e origem. Assim, a identidade dos negros de pele clara no Brasil é marcada por essa constante tensão, onde o desejo de integração e ascensão social colide com a barreira invisível da exclusão racial, reforçando, mais uma vez, o caráter estrutural e profundamente enraizado do racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar de que modo a branquitude, enquanto estrutura de poder racial, atua na constituição da subjetividade de negros de pele clara no Brasil. A partir de uma revisão bibliográfica crítica, foi possível compreender que esses sujeitos ocupam uma posição ambígua no sistema racial brasileiro: embora socialmente mais próximos dos padrões hegemônicos, permanecem racializados e atravessados por processos sutis e persistentes de exclusão.

Nos últimos anos, têm emergido nas redes sociais e em alguns espaços de debate público o termo “parditude”¹, proposto como uma tentativa de nomear as experiências de pessoas classificadas como pardas no Brasil. Embora esse movimento surja do desejo de reconhecimento identitário, é necessário problematizá-lo à luz da tradição crítica dos estudos raciais brasileiros. As relações raciais no país se estruturam a partir da manutenção da branquitude como referência de humanidade e poder. Nesse contexto, a criação de categorias intermediárias tende a diluir a identidade negra, fragmentando politicamente o grupo racializado e enfraquecendo a luta coletiva contra o racismo estrutural.

Os dados teóricos analisados demonstram que a branquitude se configura como uma referência normativa de pertencimento, ao mesmo tempo em que exclui e fragmenta a experiência negra. A passabilidade dos negros de pele clara, muitas vezes interpretada como uma forma de privilégio, revela-se uma condição marcada pela promessa não cumprida de aceitação social plena. Tal dinâmica impõe a esses sujeitos a negação parcial de sua identidade racial, resultando em um processo de alienação subjetiva e aprofundamento das desigualdades.

Autores como Neusa Santos Souza, Lélia González e Silvio de Almeida permitiram evidenciar que o racismo estrutural opera por meio de mecanismos simbólicos e institucionais que mantêm a branquitude como horizonte desejável, ao mesmo tempo em que inviabilizam a plena afirmação da negritude. A análise revela que os efeitos desse processo não são apenas sociais ou econômicos, mas psíquicos, afetando diretamente a constituição identitária e a percepção de pertencimento.

¹ O conceito de *parditude* foi proposto pela pesquisadora Beatriz Bueno para descrever a experiência social de negros de pele clara no Brasil (BUENO, 2024).

Diante disso, conclui-se que o reconhecimento da experiência dos negros de pele clara deve ser incorporado às discussões sobre relações raciais no Brasil, não como exceção, mas como parte integrante da complexidade do racismo nacional. Tal reconhecimento contribui para o enfrentamento do mito da democracia racial e amplia as possibilidades de uma luta antirracista que contemple a diversidade de experiências e subjetividades negras.

Por fim, a compreensão da branquitude como estrutura ativa e naturalizada nas dinâmicas sociais brasileiras reforça a necessidade de deslocar o olhar do “problema do negro” para o papel central do branco na reprodução das hierarquias raciais. Portanto, a identidade dos negros de pele clara não pode ser compreendida apenas como um fenômeno individual, mas deve ser contextualizada nas relações de poder que atravessam a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2018.

BARIANI, Edison. Nigger sum: Guerreiro Ramos, o “problema” do negro e a sociologia do preconceito. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, v. 34, jan. 2008.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo: CEERT, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2017.

BUENO, Beatriz. Reconhecendo a parditude: Consciência mestiça na sociedade brasileira, **Revista Fórum**, 2024.

<https://revistaforum.com.br/opiniaio/2024/3/23/reconhecendo-parditude-conscincia-mestia-na-sociedade-brasileira-156166.html>

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (1957–2007). 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e antirracista. **Reflexão e Ação**, v. 18, n. 1, p. 46–76, 2010. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v18i1.1279>.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução de Anabela Paiva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223–244, 1984.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/djnty>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MONTEIRO, Fernanda Pinheiro. O “racialista vacilante”: Nina Rodrigues e seus estudos sobre antropologia cultural e psicologia das multidões (1880–1906). **Topoi**, v. 21, n. 43, p. 193–215, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02104309>.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

NUNES, Adelina Malvina Barbosa. **Branquitude e os privilégios da raça no ensino superior**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do branco brasileiro. **Jornal do Comércio**, jan. 1955.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Apresentação da negritude. In: NASCIMENTO, Abdias (org.). **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. São Paulo: 34 Letras, 2003. p. 117.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. tomo I. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.